



## **Audiodescrição no telejornalismo: a inclusão das pessoas com deficiência visual por meio da descrição das imagens**

Kelly Scoralick<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo é parte de uma pesquisa que visa demonstrar que o telejornalismo também deve e pode fazer parte do processo de inclusão das pessoas com deficiência visual na televisão. Para isso, abordamos o recurso de acessibilidade comunicacional que atende a este público: a audiodescrição (AD), que é a descrição das imagens do que está sendo apresentado. Essa tecnologia assistiva já vem sendo usada para alguns produtos audiovisuais, mas ainda não há a implantação da mesma nos telejornais. O objetivo do trabalho é apresentar, assim, as possibilidades de inserção da AD neste gênero jornalístico televisivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** telejornalismo; audiodescrição; imagens; pessoas com deficiência visual; inclusão.

### **Introdução**

A televisão é um veículo de comunicação que exerce fascínio por sua visibilidade, essencialmente feita pela imagem, seja através das grandes produções ficcionais, seja através da exibição de fatos que representam o ‘real’. No Brasil, especificamente, é a televisão a maior representante do espaço de visibilidade da sociedade.

Inserido neste veículo de comunicação, o telejornalismo continua sendo a principal fonte de notícias de centenas de milhares de pessoas, especialmente em um país de escassa leitura. A grande maioria da população não passa despercebida pelos assuntos que são manchetes nos telejornais.

Assim, acreditamos que este produto audiovisual também deve fazer parte do processo de inclusão das pessoas com deficiência visual na televisão. Estima-se que 10% da população mundial tem algum tipo de deficiência, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. Deste total, 2% apresentam deficiência visual. No Brasil, de acordo com o Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população tem alguma deficiência – seja física, mental, auditiva ou visual - totalizando quase 45 milhões de pessoas. Neste levantamento a deficiência visual apresentou o maior índice,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XV Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda ECO-UFRJ, email: kellyscoralick8@gmail.com



ocorrendo em 18,6% da população. Essa parcela vive uma exclusão não somente social como intelectual e cultural. Os cegos, por exemplo, são integrantes de um público que é privado da cultura audiovisual brasileira. Percebe-se que a televisão raramente se lembra daqueles que não vêem.

E como incluir essa minoria, numericamente representativa, nos telejornais, com suas imagens dominantes? Como explicar para eles como essas imagens são apresentadas? O recurso disponível para isso é a audiodescrição (AD), que faz a descrição das imagens em palavras. Além da TV, a AD pode ser usada também no teatro, museu, cinema, palestras, espetáculos de dança, musicais e outras situações que requerem a descrição de um elemento visual não compreendido ou percebido por causa de uma deficiência visual. O recurso já é utilizado principalmente nos grandes centros urbanos. E permite a inclusão cultural do público a que se destina e que passa a ter seus direitos de acessibilidade comunicacional respeitados.

No Brasil, a regulamentação do recurso de audiodescrição só foi realizada para o meio televisivo. O uso de AD neste veículo acontece desde julho de 2011, seguindo determinação da Portaria nº 188, de 25 de março de 2010. As emissoras de TV estão obrigadas a cumprir, no mínimo, seis horas semanais com o recurso. E deve atingir 20 horas semanais em um prazo de 10 anos, a contar da data da publicação da portaria. No entanto, o recurso de AD na televisão aparece predominantemente em filmes e seriados. E em alguns programas ao vivo, híbridos, não puramente jornalísticos, é realizado de forma esporádica. Ainda não se tem conhecimento do seu uso em telejornalismo, nem mesmo em outros países.

A pesquisa sobre audiodescrição é recente no Brasil. Somente em 2009 que foi defendida a primeira dissertação de mestrado no país. E apesar de algumas poucas serem focadas na utilização do recurso em produtos audiovisuais, não há nenhuma menção da utilização da audiodescrição no telejornalismo. E, por isso, apresentamos esse estudo.

### **A Televisão na sociedade da imagem**

A informação associada à imagem abriu as portas para uma revolução no mundo da comunicação. A televisão tornou-se o olhar eletrônico que documenta imagens impressionantes. O mundo começou a ‘ver o mundo’ pela TV.



A palavra imagem vem do latim *imago*, que significa a representação visual de um objeto. A sociedade contemporânea é conhecida como a sociedade da imagem. Como classifica Régis Debray (1993), vivemos no mundo da videosfera, com predominância absoluta da imagem em relação à palavra escrita e/ou falada. No entanto, a reprodução do mundo por imagens tem uma relação direta com a história de nossa civilização. Os primatas já deixavam suas impressões em forma de sinais para as gerações posteriores. Portanto, desde a Antiguidade, os indivíduos procuram diminuir as distâncias existentes entre si, sendo criados, aos poucos, veículos capazes de agilizar o processo de transmissão e recepção de mensagens. Entre eles, temos a fotografia, o desenho, a pintura, a gravura, a computação gráfica e ainda o cinema e a TV. Mais recentemente o universo das imagens tem se expandido com o uso de telefones celulares e programas de computadores.

É a era da visibilidade em que tudo concorre para a imagem, influenciada fortemente pelo poder da televisão. Paternostro afirma que “só se faz TV com imagem” (1987, p. 72). A característica da informação da televisão é visual. Segundo Ferrés (1996), a TV baseada na visão e, portanto, nas imagens, é dinâmica. Ela favorece as gratificações sensorial, visual e auditiva.

A lei da era do audiovisual é o “que não aparece na TV não aconteceu de fato”. Aquilo que não se torna visível no plano do olhar eletrônico não existe. Para Dominique Wolton (2004) a TV é a janela para o mundo. É o principal meio de informação e divertimento do público. É o lugar de destaque dos grandes assuntos da população, a grande esfera pública, segundo Eugênio Bucci (2004). A televisão seria “o ponto focal da família, no qual veem as novelas, programas de auditório, *realitys-shows* e, é claro, o telejornal” (TEMER, 2010, p.101).

Vale lembrar que no telejornal a narrativa está imbuída da representação expressa também pela imagem, pelo signo icônico. Uma informação complementa a outra. “No telejornalismo, imagem e texto interagem para a representação do real, criando efeitos de real e efeitos de sentido. A imagem é editada de forma a legitimar o que o texto afirma ampliando o efeito de real e ambos – texto e imagem – produzem sentidos sobre o acontecimento” (MOTA, 2006, p. 139). É o que veremos a seguir.

### **Telejornalismo e suas características**

O telejornal é hoje o principal meio de informação da maioria dos brasileiros. A função



básica do telejornal é justamente informar sobre os fatos transformados em notícia na tela. Vizeu afirma que “os telejornais cumprem uma função de sistematizar, classificar e hierarquizar a realidade. Dessa forma contribuem para uma organização do mundo circundante [...]” (2006, p. 108). Através da presença de apresentadores (as) em estúdio, são veiculados diferentes formatos noticiosos como notas (secas e cobertas<sup>3</sup> – sem ou com imagens, respectivamente); reportagens; entrevistas e séries de reportagens.

Os telejornais fazem parte do gênero jornalístico por meio do suporte audiovisual. E nesse produto televisivo são as imagens que seduzem o público. São elas que carregam, ao mesmo tempo, informação e emoção. E possibilitam um entendimento imediato. Uma imagem impactante permanece mais tempo na memória do telespectador.

Na redação da TV, quando a reportagem está no processo inicial, ainda na fase de produção, a presença de imagem é determinante para a realização da matéria. O produtor deve elaborar a pauta pensando em imagem para que aquela história seja contada. Se não houver imagem, vira uma matéria de rádio, de impresso ou até de webjornal. Esse já é o primeiro desafio quando se fala em produção para o telejornalismo. “O espetáculo destina-se basicamente à contemplação, combinando, na produção jornalística, uma forma que privilegia o aproveitamento de imagens atraentes – muitas vezes sem considerar o verdadeira valor jornalístico” (REZENDE, 2000, p. 25)

No entanto, as imagens não existem sem o verbal e sem os recursos sonoros. É importante lembrar que a televisão funciona a partir da relação texto/imagem, os dois devem “caminhar juntos”. Para o jornalista Armando Nogueira (apud Paternostro, 2006, p.73-74), criador do Jornal Nacional, “se a imagem mostra, só a palavra esclarece” e “uma boa imagem vale mais associada a uma boa palavra”. O essencial no telejornalismo é que imagem e texto estejam “casados”, isto é, um seja o complemento do outro. Como destaca Becker, no telejornal palavra e imagem trabalham unidos “para favorecer a compreensão, mas não basta ver, é preciso que alguém nos diga o que estamos vendo. O texto falado conduz e alinha as imagens, som, ruídos, gráficos e vinhetas” (2005, p. 71).

Para a elaboração da reportagem, o jornalista televisivo tem que ter sempre às mãos quais as imagens foram feitas para que possa fazer esse ‘casamento’ entre texto/imagem.

---

<sup>3</sup> Nota cuja a cabeça (lead da matéria) é lida pelo apresentador e o texto seguinte é coberto com imagens



Paternostro (Id, *ibid.*) aponta que em alguns casos ocorre uma incompatibilidade nessa dinâmica.

Há casos de redundância, quando o texto descreve exatamente o que se vê. Também há ainda casos de paralelismo, quando texto e imagem não se complementam, caminhando lado a lado de forma independente. Há ainda casos de distanciamento, quando texto e imagem não têm absolutamente nada a ver com o outro (Paternostro, 2006, p.86).

A autora reforça ainda que o texto não deve ser descritivo, não deve explicar o que as imagens estão mostrando. Segundo ela, não é necessário “descrever o que o telespectador já está vendo. É óbvio demais. Além de chato”. (Id, *ibid.*, p. 86). Aqui apontamos uma diferença entre a fala do repórter em uma matéria de TV em relação ao que é feito na audiodescrição. Ao contrário do telejornalismo que a dinâmica texto/imagem deve ser compatível, na AD a regra fundamental é “descreva o que você vê”, o que seria uma redundância em telejornalismo, segundo avaliação de Paternostro.

Ainda sobre a reportagem de telejornal quando não há imagens para acompanhar o texto, outros recursos podem ser utilizados, como mapas, selos, desenhos, gráficos, quadros, legendas, fotos, animação, simulação, reconstituição, etc., que irão facilitar a compreensão do que está sendo dito.

E como deve ser o texto na televisão? Em TV as informações são enxutas, superficiais, sendo extraídas as ideias principais das notícias. Isto porque o *timing*, o tempo de televisão é curto, as matérias, em sua maioria, são finalizadas em, no máximo, dois minutos e meio. E como característica de um gênero inserido na televisão, deve ser abrangente, falar para um público heterogêneo. Por isso, a linguagem é coloquial. O jornalista deve escrever como se estivesse contando uma história para alguém. A sonoridade das palavras também é fundamental, assim como o ritmo alcançado na leitura do texto. Lembrando que a TV também usa o sentido da audição na transmissão das mensagens. Para o melhor entendimento, as frases devem ser curtas, com uma pontuação bem colocada, indicando pausas e o tom que se deseja.

Quando existe uma imagem forte à mão ela deve ser ressaltada na reportagem. Em alguns casos, pode ser usado o som ambiente<sup>4</sup> para dar ênfase a ela. Por exemplo, quando

---

<sup>4</sup> O mesmo que áudio ambiente.



uma bomba é detonada ou há um tiroteio intenso. Ou até mesmo as vozes que ecoam em um protesto. A reportagem utiliza apenas o som ambiente da situação, sem a necessidade de palavras. É o silêncio da fala. Nestes casos, a imagem vale mais do que frases descritivas. Outro caso recorrente de uso do som ambiente ou do *sobe som*<sup>5</sup>, segundo jargão jornalístico, é em matérias consideradas frias, atemporais. Por exemplo, um VT<sup>6</sup> que fale sobre a riqueza do artesanato é uma matéria fria. Normalmente são reportagens mais trabalhadas durante a edição e ganham mais brilho por meio do *sobe som*, unindo a um BG (*Background*)<sup>7</sup> com imagens ricas em detalhes. As matérias quentes, por sua vez, são aquelas que devem entrar no telejornal no mesmo dia em que são produzidas. Caso contrário ficam “velhas”, utilizando o jargão jornalístico. São casos, por exemplo, de acidentes, prisões, desastres, coletivas de imprensa, etc. Essas matérias não recebem tanto “zelo” durante a edição, até mesmo por terem um tempo curto na ilha de edição. Mas também nelas podem ser encontrados os ditos *sobe som*. Por exemplo, como já citado, a detonação de uma bomba em uma ocorrência dentro de um banco.

A reportagem de TV ainda pode ser de comportamento e de serviço, em sua maioria, ditas matérias frias. Comportamento engloba assunto de cultura, entretenimento, lazer. O uso do BG é recorrente. E há uma edição de imagens mais detalhada, com uso de fusão<sup>8</sup> e outros recursos de edição.

Já as de serviço são reportagens que divulgam, como o nome diz, algum tipo de prestação de serviço ou utilidade pública. A produção é mais trabalhosa, mas a edição é simples, sem muitos efeitos e normalmente não há uso de *sobe som*.

Existem algumas formas de montagem das reportagens. É usual a gravação dos textos por meio de *offs*<sup>9</sup>, associados a passagem<sup>10</sup> do repórter com *sonoras*<sup>11</sup> dos entrevistados. O repórter aparece uma única vez. E os *offs* seguem como em uma “costura”, emendados com

---

<sup>5</sup> Usado com o próprio som ambiente captado na cena ou pode ser usado com fundo musical e imagens da matéria.

<sup>6</sup> Termo substituto de reportagem, matéria.

<sup>7</sup> Som do ambiente ou música de fundo que acompanha a fala do repórter (*off*).

<sup>8</sup> Recurso de edição. Desaparecimento e aparecimento simultâneo da imagem, que chegam a ficar sobrepostas. Usada em matérias mais elaboradas.

<sup>9</sup> Fala do repórter.

<sup>10</sup> Gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações a serem usadas no meio da matéria. É o momento em que o repórter aparece na matéria para destacar um aspecto da matéria.

<sup>11</sup> É a fala do entrevistado na matéria.



as sonoras e a passagem. Um outro modo de realizar a reportagem é por meio do plano sequência, que é quando o repórter narra o caso e o cinegrafista deriva para o que está sendo comentado. Em geral, não apresenta a estrutura de offs. A “costura” funciona quase como que uma passagem do repórter colada a outra. O material passa a ser um pouco mais descritivo. O cinegrafista ajuda o repórter a se posicionar e privilegia o melhor ângulo para contar a história.

Além das reportagens e notas secas e cobertas, o telejornalismo pode ser realizado com as entrevistas de estúdio, sejam com especialistas, personalidades, grupos culturais e bandas de música. Nesses casos, também há a utilização de sobre som, de encenações e até a demonstração de produtos, como capa de CDs, livros, encartes, entre outros. E tudo acompanhado de uma certa movimentação no estúdio, ainda que isso reflita apenas nas mudanças de câmera, com angulações diferentes dos entrevistados.

Percebe-se, assim, que para assistir TV e às notícias nos telejornais o sentido da visão é preponderante. Temos que as imagens falam por si só, traduzem posturas, condições. Significam. E ganham eficácia ainda maior quando complementam ou são complementadas por um texto. Mas e quando o público é formado por pessoas com deficiência visual ou baixa visão? Como essas imagens são percebidas ou podem chegar até eles? “Para Valvo, um oftalmologista, as pessoas cegas constroem o mundo a partir de sequências de impressões táteis, auditivas e olfativas, já que, por não serem capazes da percepção visual simultânea, não concebem uma cena visual instantânea” (LIMA, 2006, p. 83). A visão para os cegos é um sentido complementar, e não dominante. As imagens mentais são construídas a partir de um sistema perceptivo organizado de modo diferente.

### **Deficiência visual e a arte de ‘olhar’**

De acordo com o Censo 2010, feito pelo IBGE, no Brasil, 23,9% da população tem algum tipo de deficiência. No Censo anterior, realizado em 2000, a população brasileira com alguma deficiência era de 14,5%.

No levantamento recente a deficiência visual apresentou o maior índice, em 18,6% da população, totalizando 6,5 milhões de pessoas, sendo 582 mil cegas e seis milhões com baixa visão, que é a deficiência moderada ou grave. A deficiência motora vem em segundo lugar, em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10%, e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%.



Segundo Lima (2006, p. 76), a baixa acuidade visual (capacidade da retina de discriminar estímulos visuais) pode significar uma cegueira total ou parcial. Na cegueira total se enquadram as pessoas que só têm percepção (distinção entre claro e escuro) e projeção luminosas (identifica de onde vem a luz). Já a cegueira total indica a completa ausência de visão.

Quanto abordamos a deficiência dos cegos ou daqueles com baixa visão – os não videntes - estamos falando a respeito do sentido da visão. Os instrumentos humanos de visão são os dois olhos e as conexões que levam os sinais elétricos produzidos pela retina à parte do cérebro que interpreta a visão. “Toda a experiência visual que se tem do mundo se dá através da luz que chega aos olhos e como ela é percebida e interpretada. A luz visível é um tipo de onda [eletromagnética] que se propaga no espaço em uma velocidade de 300 mil quilômetros por segundo” (GOMIDE, 2014, p. 07). A visão não requer esforço. É um sentido que adapta-se a distâncias espaciais e pode ser interrompido a qualquer momento pelas pálpebras.

Nós não nascemos sabendo ver. Quando bebês, nossos órgãos ainda estão em desenvolvimento e, por isso, percebemos a luz de maneira precária. Somente aos cinco anos que adquirimos a visão de um adulto. De acordo com estudiosos, nossa percepção é moldada em 75% pelo sentido da visão. O restante vem por meio do paladar, olfato, tato e audição. A falta de visão afeta algumas atividades, entre elas, a movimentação no espaço físico, o acesso à informação escrita, entre outros. Mas há sempre formas de adaptação. A arte de ‘olhar’ não está restrita apenas ao sentido da visão. É o aprendizado da vivência. E para isso é importante também o processo de inclusão dessas pessoas com deficiência, permitindo a equiparação de oportunidades, uma vida independente e o empoderamento deste grupo. Com a inclusão, procura-se a inserção do diferente nos diversos setores da vida em sociedade, com base no entendimento de que todas as pessoas, independente de raça, etnia, orientação sexual, condição física e mental, devem usufruir dos mesmos direitos.

A inclusão é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos – espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte – e na mentalidade de todas as pessoas (SASSAKI, 1997, p.42).





A presente pesquisa busca uma forma de inserir as pessoas com deficiência visual nesse mundo imagético televisivo. É estabelecer, de fato, uma comunicação acessível.

### **Acessibilidade comunicacional e audiodescrição**

A acessibilidade é o direito que viabiliza e potencializa os demais direitos e é indispensável para que haja um processo de efetiva inclusão. Ela oferece condições para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, a todos os espaços e meios, pelas pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida. Abrange a questão arquitetônica, que garante essencialmente o acesso aos espaços físicos. A acessibilidade também inclui a questão atitudinal, que é a forma de tratamento dada por cada pessoa, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações em relação às pessoas em geral. E engloba ainda a questão comunicacional. Para que a acessibilidade ocorra é preciso que não existam barreiras na comunicação interpessoal, escrita e na virtual, referente à acessibilidade digital.

A acessibilidade comunicacional começou a ser discutida somente em 2000. A lei federal nº 10.098, de dezembro de 2000, regulamentada em 2004 pelo decreto federal 5.296 abordava o tema. Estabeleceu no artigo 17 a eliminação de barreira na comunicação para tornar acessíveis os sistemas de comunicação.

Os recursos de acessibilidade hoje disponíveis na televisão brasileira são a legenda oculta, que é um tipo de legenda que transcreve a fala e sons; a interpretação em Libras, que é feita em um espaço delimitado na tela, ambos voltados para inclusão das pessoas com deficiência auditiva; e ainda a audiodescrição, focada principalmente no público com deficiência visual.

O recurso consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como, por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela (POZZOBON, G.; POZZOBON, L., 2010).

O usuário recebe a informação contida na mensagem ao mesmo tempo em que ela aparece. As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras, isto é, ocorre nos “silêncios” das cenas, seja na tela ou no palco. E não interfere nos efeitos musicais e sonoros. Segundo Hysk (2005 apud BRAGA, 2011,



p.24-25) nem todas pausas precisam ser preenchidas. Os espectadores também podem sentir o silêncio do filme, quando isso for relevante. Deve-se evitar que a AD sobreponha ao conteúdo original. O ideal é que exista uma harmonia entre o som inicial e a audiodescrição inserida.

A AD é considerada uma tradução, mas não entre línguas. Ocorre entre meios semióticos diferentes, do visual para o verbal oral, sendo uma tradução audiovisual intersemiótica. “Trata-se, portanto, de uma narração que é inserida nos espaços em que o texto audiovisual não apresenta elementos acústicos e que descreve aquilo que se vê” (JIMENEZ-HURTADO, 2007, apud MEDEIROS, 2012, p. 21). A ideia é proporcionar uma representação mental correta do que está sendo repassado no evento imagético.

Além de favorecer pessoas com deficiência visual, os benefícios dessa descrição de imagens estende-se ao público com deficiência intelectual, com dislexia, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas e outros. O recurso também é bem recebido pelo público infantil que consegue acompanhar e compreender melhor as apresentações e produtos audiovisuais.

A audiodescrição pode ser gravada ou ao vivo. A opção gravada é normalmente usada em filmes, programas de TV e obras de arte. E é sempre acompanhada de roteiro. No caso de filmes e de telenovelas, além dos personagens, ambientes e ações, ainda são audiodescritos a linguagem da câmera. O acesso na TV à AD acontece pela tecla SAP (*second audio program*). Basicamente, o usuário deve apertar o SAP no controle remoto do televisor e acionar um outro canal de áudio que tenha o recurso de AD. Em casos de DVDs, o controle remoto localiza a função de exibição do filme com ou sem AD. No caso de audiodescrição gravada para o teatro ou espetáculo de dança, por exemplo, o acesso é feito por fones de ouvido, semelhantes aos usados em interpretação simultânea.

A audiodescrição também pode ser feita ao vivo e é chamada de audiodescrição simultânea. Ela é realizada normalmente em eventos, seja casamentos, partos, batizados, velórios, entre outros, e também em programas ao vivo. Nestes casos não há roteiros justamente porque tudo está em processo de construção contínua. Ainda assim, sempre é necessário informações básicas sobre o que será audiodescrito.

A AD em televisão hoje só está disponível para quem tem TV digital. Desde julho de 2015 as emissoras de TV estão obrigadas a cumprir, no mínimo, seis horas semanais com o



recurso. Mas a implantação vem sendo adiada desde 2006. Existia uma previsão inicial de uma TV completamente acessível em dez anos. Mas o máximo estabelecido até então é de, no mínimo, 20 horas semanais até 2020.

### **Programação com audiodescrição na TV**

A audiodescrição como atividade formal teve início dos anos 80 nos Estados Unidos e na Inglaterra. Depois, o recurso começou a ser usado na França, Alemanha, Espanha, Portugal, Bélgica, Japão e Brasil.

As primeiras audiodescrições no país datam de 1999. Os filmes foram audiodescritos para o projeto “Videonarrado”, desenvolvido pelo Centro Cultural Louis Braille, em Campinas (SP). A AD como modalidade de tradução audiovisual tem como marco oficial o ano de 2003 (FRANCO E SILVA, 2010, apud ADERALDO, 2014, p.18). Ocorreu durante o festival temático “Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência” e o filme “Irmãos de Fé” (2004 Distribuidora Sony Pictures).

Na televisão, o primeiro programa com audiodescrição foi a série “Vida em Movimento II”, exibida em novembro de 2008 a janeiro de 2009 pela TV Cultura. O trabalho foi uma solicitação do Serviço Social da Indústria (SESI) ao Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas para a produção de vídeos sobre esportes adaptados para pessoas com deficiência.

Hoje o que se presencia é a exibição de poucos programas com AD, basicamente em filmes e seriados. E não há um guia de programação informando em qual programa o recurso estará disponível. O usuário tem que contar “com a sorte” para encontrar o produto televisivo com audiodescrição. Na TV Globo, em 13 de abril de 2015, foi exibido pela primeira vez o logotipo acompanhado de um aviso sonoro para indicar às pessoas cegas os programas que contêm o recurso da audiodescrição. O logotipo aparece no canto inferior direito da tela da TV e o sinal sonoro pode ser ouvido no início de cada bloco dos filmes.

Segundo informações repassadas pelas emissoras de televisão ao professor Mauricio Santana e divulgadas durante o 2º encontro presencial do curso de especialização a distância em Audiodescrição da Universidade Federal de Juiz de Fora, realizado em julho de 2014, os programas da grade que têm AD são: TV Globo – Tela Quente, Temperatura Máxima, Domingo Maior e Supercine; SBT – Chaves; Record – Filmes/seriados; Rede TV – Estavam com AD em filmes/seriados, mas atualmente não estão usando o recurso; Band –



Band Kids (manhãs, segunda a sexta). Nesta temporada, estão com AD as séries “Violetta”, “Supah Ninjas”, “*Vicstories*” e “*I Carly*” e também o seriado “Como conhecer sua mãe”, exibido nas noites de quarta e sextas-feiras; TV Cultura – Vila Sésamo; TV Aparecida, com filmes e seriados.

Tivemos conhecimento que em 2015 a TV Gazeta de São Paulo também incluiu, de forma ainda precária, a audiodescrição do programa “Todo seu”, do cantor e apresentador Ronnie Von. A Band exibiu a novela ‘Mil e Uma Noites’ com o recurso.

A Rede Globo disponibiliza a audiodescrição desde julho de 2011 essencialmente para filmes da “Tela Quente”, “Temperatura Máxima”, “Domingo Maior”, “Supercine”, “Cine Fã-Clube”, “Sessão da Tarde” e “Corujão”. Em setembro de 2013 a emissora disponibilizou o recurso pela primeira vez em um programa fora da grade dos filmes, o Criança Esperança. E em 24 de abril de 2015 exibiu o Globo Repórter com AD. Mas o mesmo não aconteceu nos programas seguintes. A promessa, segundo matérias publicadas no site da emissora, é de que, em breve, outros programas da grade tenham o recurso de acessibilidade, inclusive os jornalísticos. Até hoje a audiodescrição não foi utilizada no telejornalismo no Brasil, o que reforça o estudo aqui realizado.

Enquanto isso, em outros países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Bélgica, Canadá, Austrália e Argentina, de acordo com Franco (apud NÓBREGA, 2012, p. 76) já há audiodescrição de forma mais avançada, tanto na televisão como no cinema e no teatro. Mas nem nesses países há conhecimento da utilização da audioedescricao no telejornalismo.

### **Telejornalismo audiodescrito**

Conforme apresentado aqui, a AD consiste na descrição das informações visuais e acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras, isto é, ocorre nos “silêncios” das cenas, seja na tela ou no palco. E a audiodescrição não deve sobrepor o conteúdo original. Temos que no telejornalismo, por sua vez, texto e imagem caminham juntos. Apesar de não haver uma descrição da imagem no texto, eles são complementos um do outro.

Em uma das palestras que acompanhamos sobre a audiodescrição foi apresentado que o tempo para a AD é ínfimo no telejornalismo justamente por haver poucos “silêncios” para inserção das falas audiodescritas. O principal questionamento era como elaborar um roteiro



de AD nos poucos "silêncios" existentes durante as reportagens e entrevistas de estúdio no telejornal. Mas entendemos que essas brechas existem, ainda que pequenas.

No caso de *sobe som*, por exemplo, inserido na reportagem, a imagem deve ser descrita e há espaço para isso. Para nós, videntes, a imagem vale mais do que frases descritivas nesses exemplos de “*sobe sons*”. Mas para o cego isto não é compreensível. Em matérias quentes, em que os *offs* acontecem sem muitas pausas, podem ocorrer a utilização de *sobe som* e é aí que entra a audiodescrição.

As matérias frias, por sua vez, como vimos são mais trabalhadas, com uso recorrente de BG e provavelmente de “*silêncios*”. Nesses materiais o uso da AD será mais usual e também necessário.

No caso das passagens dos repórteres, a AD deverá sobrepor rapidamente o material original para informar à pessoa com deficiência visual que naquele momento existe uma aparição de quem está conduzindo a reportagem. Essa sobreposição deve ser evitada, mas pode ser utilizada quando necessário. Isso deve ser aplicado inclusive quando há a utilização do plano sequência.

Apontamos ainda a necessidade de se repensar a forma como são utilizados os recursos imagéticos como mapas, gráficos, quadros, principalmente. Muitas vezes a elaboração do texto não é igual ao que está sendo apresentado na imagem. Fica subentendida a leitura complementar, principalmente quando relacionada à dados. Verificamos que nestes casos não há espaço para a realização da audiodescrição. Mas entendemos que é preciso que haja a reformulação desses textos, com orientações no meio acadêmico e nas redações, para que os cegos e pessoas com baixa visão também possam estar incluídos e recebam essa informação completa.

Outra forma de inserção da audiodescrição no telejornalismo é em relação às entrevistas de estúdio. A movimentação que acontece neste momento deve ser descrita para a pessoa cega ou com baixa visão. Por exemplo, se o entrevistado usa paletó ou algum traje mais sofisticado, quantas pessoas da banda estão no estúdio, quais instrumentos tocam, se os artistas estão caracterizados, entre outros. Quando há o *sobe som* enquanto uma banda se apresenta, informar se a câmera focaliza o rosto de alguém ou faz um plano geral do ambiente. Isso tudo também deve ser audiodescrito.



### **Considerações finais**

Como vimos, a audiodescrição é o recurso de acessibilidade que poderá colaborar para tornar ambientes e produtos mais acessíveis. A AD permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir à televisão de modo mais agradável; permite a sensação de igualdade por poderem comentar com pessoas sem deficiência os programas de TV e, principalmente, as notícias dos telejornais, que são foco deste estudo; além de trazer a independência e inclusão social. Por isso, entendemos que o telejornal não pode estar excluído desse processo.

Em AD não há possibilidade de descrever toda a informação imagética de uma cena em tão curtos intervalos de tempo. O audiodescritor deve entender como o telejornalismo se configura e perceber as brechas nas quais a audiodescrição pode ser inserida. Portanto, devem ser selecionados apenas os elementos mais relevantes para a construção da narrativa, de modo que também não a prejudique.

A pesquisa ainda está sendo consolidada e, portanto, ainda devem ocorrer adaptações para a prática da audiodescrição neste tipo de produto televisivo. E deverão ser apontados outros itens que podem ser audiodescritos ou que ainda serão desnecessários neste trabalho de audiodescrever. Entretanto, é certo que a descrição das imagens por meio da AD precisa ser realizada também no telejornalismo para que as pessoas com deficiência visual assimilem e compreendem tudo o que está sendo apresentado nos telejornais. E para que se sintam incluídas na cultura audiovisual televisiva.

### **Referências bibliográficas**

ADERALDO, Marisa Ferreira. **Proposta de parâmetros descritivos para audiodescrição à luz da interface revisitada entre tradução audiovisual acessível e semiótica social – multimodalidade**. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Tese. Belo Horizonte, 2014.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**: Um estudo da cobertura dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

BRAGA, Klistenes Bastos. **Cinema acessível para pessoas com deficiência visual: a audiodescrição e o Grão de Petrus Cariry** ' 01/03/2011. 144 p. Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.



- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- DEBRAY, Régis. **Vida e Morte da Imagem**. Petrópolis, Vozes, 1993
- FERRÉS, J. **Televisão e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GOMIDE, João Victor Boechat. **Imagem digital aplicada: uma abordagem para estudantes e profissionais**. São Paulo: Elsevier, 2014.
- LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.
- MEDEIROS, Francisca Rafaela Bezerra. **Elementos para a microestrutura de um glossário semitrílingue dos termos da audiodescrição**. Dissertação Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade Estadual do Ceará. Pós-graduação em Linguística Aplicada. Fortaleza, Ceará, 2012.
- MOTA, Célia Ladeira. 'O gesto e a palavra: representações sobre cidadania no telejornal'. In: VIZEU, A; PORCELLO, F; MOTA, C. (org) **Telejornalismo, a nova praça pública**. Florianópolis, Editora Insular, 2006.
- NÓBREGA, Andreza. **Caminhos para inclusão: uma reflexão sobre áudio-descrição no teatro infante-juvenil**. ' 01/05/2012 235 f. Mestrado acadêmico em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco.
- PATERNOSTRO, Vera Iris. **O texto na TV**; manual de telejornalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. **O texto na TV**; manual de telejornalismo. 2ª ed., ver. e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006
- POZZOBON, Graciela; POZZOBON, Lara. **O que é audiodescrição?**. Site audiodescrição. Disponível em: <<http://audiodescricao.com.br/ad/o-que-e-audiodescricao/>> Acesso em: 10 mar. 2015.
- REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 101-126.
- VIZEU, Alfredo Eurico. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2006.
- WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.